

O ReCAP torna-se problemático para a profissão docente quando é usado como instrumento de controlo e não de valorização; se sobrepõe ao ECD e à especificidade da docência; reforça a burocracia e a avaliação padronizada; fragiliza a autonomia e a dignidade profissional.

Os professores e educadores do ensino público não superior não terão outra forma de impedir esta mudança tão negativa que não seja a luta.

Com um plenário no dia 30 de janeiro e uma caravana que percorrerá os 18 distritos do continente e as regiões autónomas, entre 19 de fevereiro e 4 de março, procurarão perseguir, dessa forma, este objetivo: valorizar a profissão e levar o governo a uma mudança de política que seja determinante para fazer face ao grande problema, do qual ninguém pode alhear-se, a falta de professores.

**A luta é o caminho.
O apoio dos portugueses à ação dos docentes é fundamental.**



**ECD VALORIZADO
NÃO PODE SER
ECD MINADO!**



ReCAP não serve à valorização da carreira docente!

A adoção do ReCAP como referencial para a profissão docente acabaria com a profissão como a entendemos!



A tentativa do governo/MECI para que o **Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP)*** seja aplicado à profissão docente constitui um sério risco de **descaracterização do trabalho dos professores** e de ataque à sua autonomia profissional. O governo, como sempre, conta com o suporte “sindical” das organizações do costume, estando a FENPROF bem fundamentada e a as suas posições suportadas pelo conhecimento dos diplomas que o governo quer adotar para enquadrar a carreira docente.

Concebido para uma lógica geral e transversal da Administração Pública, o ReCAP (Portaria n.º 214/2024, de 20 de setembro) ignora a **natureza específica, pedagógica, científica, ética e relacional da docência**, tratando-a como mera função administrativa ou técnica.

[*Diploma aprovado pelo governo, há um ano, sem qualquer negociação.]

Ao privilegiar competências genéricas e modelos de desempenho inspirados em lógicas gestionárias, com o ReCAP, o governo pretende promover uma visão redutora da profissão, centrada em metas, resultados mensuráveis e cumprimento formal de procedimentos, secundarizando o essencial: a relação educativa, o domínio científico, a reflexão pedagógica e o compromisso social da escola pública.

A sua utilização como referência para avaliação de desempenho, progressão na carreira ou organização do trabalho docente não só atira a docência para o domínio avaliativo imposto pelo SIADAP (Sistema Integrado da Avaliação do Desempenho da

Administração Pública), como representa um **agravamento da burocratização**, o aumento da carga administrativa e uma ameaça à negociação coletiva, podendo introduzir critérios alheios ao **Estatuto da Carreira Docente** e abrir espaço à arbitrariedade e à desigualdade.

A profissão docente não pode ser avaliada nem regulada por instrumentos concebidos à margem da sua especificidade. Os professores não são gestores de processos, nem executores de grelhas de competências: são e devem continuar a ser profissionais qualificados, com responsabilidade pedagógica e científica, cuja autonomia é condição essencial para uma escola pública democrática, inclusiva e de qualidade.

Reafirmamos, por isso, que **qualquer referencial aplicável à docência deve ser próprio, negociado e respeitador do ECD**, rejeitando a imposição do ReCAP como instrumento de controlo, padronização e desvalorização da profissão docente.

Ou seja, se é verdade que o governo introduziu como garantia, que a carreira docente é regulada no Estatuto como uma *carreira de regime especial, de grau de complexidade funcional 3*, tal não constitui uma garantia relativamente ao desenvolvimento do processo negocial futuro em relação ao conjunto de matérias que serão tratadas. **Este enquadramento através do ReCAP é mais um “cavalo de Tróia” ou uma “mina armadilhada” para o que o governo quer efetivamente fazer e tem assumido no seu programa.**

O **Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP)** pode influenciar negativamente a profissão docente quando é aplicado de forma acrítica e transversal, ignorando a **especificidade pedagógica, científica e ética da docência**. Os principais riscos são os seguintes:

1 Descaracterização da profissão docente

O ReCAP foi concebido para a Administração Pública em geral, assente numa lógica **funcionalista e gestionária**. A sua aplicação à docência tende a:

- reduzir o professor a um “técnico executante”;
- diluir a dimensão pedagógica, relacional e emancipadora do ensino;
- subordinar o trabalho docente a modelos de desempenho típicos da gestão administrativa.

2 Avaliação centrada em competências genéricas

Ao privilegiar competências transversais (liderança, orientação para resultados, adaptabilidade, eficiência), o ReCAP pode:

- secundarizar o domínio científico e pedagógico;
- promover uma avaliação baseada em indicadores formais e mensuráveis;
- favorecer uma lógica de **cumprimento de metas** em detrimento da qualidade educativa.

3 Reforço da burocratização e da carga administrativa

A transposição do ReCAP para o contexto escolar tende a:

- aumentar procedimentos de registo, relatórios e evidências;
- afastar os docentes do trabalho com os alunos;
- agravar o desgaste profissional e o risco de burnout.



4 Instrumentalização na avaliação e progressão na carreira

Quando usado como base para avaliação do desempenho ou progressão:

- pode introduzir critérios alheios ao **Estatuto da Carreira Docente (ECD)**;
- fragiliza a negociação coletiva;
- abre espaço à arbitrariedade e à desigualdade entre docentes.

5 Erosão da autonomia profissional e pedagógica

O ReCAP, ao impor perfis comportamentais padronizados:

- limita a liberdade pedagógica;
- condiciona a inovação crítica;
- promove a conformidade em vez da reflexão profissional.

6 Alinhamento com lógicas de mercado

A valorização da “performance”, “resultados” e “eficiência” aproxima a escola de modelos empresariais, o que:

- colide com a missão pública da educação;
- transforma alunos em “outputs”;
- desvaloriza a função social, cultural e democrática da escola.